



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 – Reuniões de Comissões

2 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 – Plenário

3 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

4 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

5 – MANIFESTAÇÕES

6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 – ERRATA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 18/8/2016

Presidência do Deputado João Leite

Sumário: Comparecimento – Falta de quórum.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Arlen Santiago – Bosco – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Gil Pereira – Inácio Franco – João Leite – Léo Portela – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Roberto Andrade – Rogério Correia – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses – Wander Borges.

Falta de Quórum

O presidente (deputado João Leite) – Às 14h2min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/6/2016

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Geisa Teixeira e os deputados Celinho do Sinttrocel, Geraldo Pimenta e Mário Henrique Caixa (substituindo o deputado Isauro Calais, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Antônio Marum, chefe de gabinete da Presidência da Fiemg, informando a impossibilidade de o presidente dessa entidade comparecer à audiência pública da comissão, realizada em 7/6/2016. O presidente acusa o recebimento das



seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.826/2015 e 3.544/2016 (Celinho do Sinttrocel), 3.550 e 3.574/2016 (Geisa Teixeira); 3.501 e 3.567/2016 (Gustavo Corrêa), todos em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 2.826/2015 e 3.465, 3.483 e 3.493/2016 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel), 3.223 e 3.494/2016 (relator: deputado Gustavo Corrêa) e 3.441 e 3.485/2016 (relatora: deputada Geisa Teixeira), que receberam parecer por sua aprovação. Submetido à discussão e votação nominal, é aprovado, com a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 3.464/2016 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel), que recebeu parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.582/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância, a situação e a perspectiva da engenharia pública e dos trabalhadores do segmento no Estado;

nº 6.583/2016, do deputado Dirceu Ribeiro, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com as Comissões de Administração Pública, de Desenvolvimento Econômico e de Fiscalização Financeira e Orçamentária para debater a situação de engenheiros, arquitetos, geólogos e geógrafos servidores do Estado, que reivindicam valorização profissional e salarial, além de reconhecimento por parte do poder público;

nº 6.584/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a utilização do aparelho locomotor multifuncional denominado Up Rose na reabilitação de pessoas com deficiência física;

nº 6.585/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater questões trabalhistas e sindicais relacionadas com as barragens do Estado;

nº 6.586/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos empregados públicos da Minas Gerais Administração e Serviços S.A.;

nº 6.587/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei do Senado nº 555/2015, que dispõe sobre a responsabilidade das sociedades de economia mista e empresas públicas que especifica, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e sobre seu estatuto jurídico;

nº 6.588/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei do Senado nº 388/2015, que altera a Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, para aprimorar os dispositivos de governança das entidades fechadas de previdência complementar vinculadas à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas;

nº 6.589/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei Complementar Federal nº 268/2016, que altera a Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, para aprimorar os dispositivos de governança das entidades fechadas de previdência complementar vinculadas à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios e a suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas;

nº 6.590/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater demissões na Cemig;

nº 6.591/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel e do deputado Geraldo Pimenta, em que requerem seja realizado fórum técnico para debater o setor minerário no Estado, com a participação dos trabalhadores, dos empresários, do poder público e da população;

nº 6.592/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel e do deputado Geraldo Pimenta, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a garantia de espaço de participação de representantes dos trabalhadores e das comunidades

atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão nas decisões sobre as prioridades para reparação e mitigação dos impactos desse rompimento;

nº 6.593/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei Federal nº 4.977/2016, que altera a Lei nº 11.648, de 2008, que dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT –, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências;

nº 6.594/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão Extraordinária das Barragens para debater as questões trabalhistas nas barragens de rejeitos do Estado;

nº 6.595/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Estatuto do Motorista;

nº 6.596/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a Lei Federal nº 13.103, de 2015, que dispõe sobre o exercício da profissão de motorista e dá outras providências;

nº 6.597/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel e do deputado Geraldo Pimenta, em que requerem seja realizada visita às obras de limpeza e contenção realizadas na região da Barragem de Germano, em Mariana, para verificar as condições de trabalho e segurança no local;

nº 6.598/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater a precarização do trabalhador assalariado rural e a violação de direitos coletivos dos trabalhadores rurais, bem como para apurar denúncias de trabalho em condições precárias, especialmente nas regiões produtoras de café;

nº 6.599/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Econômico para debater a contribuição do cooperativismo no campo do trabalho para mitigar o desemprego no Estado;

nº 6.600/2016, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência pública para debater questões relacionadas ao pagamento do piso salarial profissional, ao plano de carreira e aos direitos trabalhistas dos agentes comunitários de saúde;

nº 6.601/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater o processo de demissão de diversos funcionários concursados da Águas Minerais de Minas Gerais, empresa subsidiária da Copasa-MG, nos Municípios de Cambuquira, Caxambu e Lambari;

nº 6.602/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel e do deputado Geraldo Pimenta, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – pedido de informações sobre o inventário do impacto do rompimento da Barragem de Fundão para os agricultores familiares no Estado, indicando o que será objeto de indenização e o tempo previsto para os pagamentos;

nº 6.603/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel e do deputado Geraldo Pimenta, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior pedido de providências para a realização de pesquisa sobre a situação das barragens no Estado, com a participação das instituições de ensino e pesquisa;

nº 6.604/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel e do deputado Geraldo Pimenta, em que requerem seja encaminhado ao Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais – Sindixtra – pedido de informações sobre as empresas responsáveis pelo trabalho nas barragens no Estado, contendo o nome da empresa, o número de trabalhadores e os respectivos responsáveis técnicos;

nº 6.605/2016, do deputado Geraldo Pimenta e do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a realização de conferência do setor minerário no Estado, em caráter



emergencial, para debater a situação do setor, com a participação dos trabalhadores, dos empresários, do poder público e da população;

nº 6.606/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel e do deputado Geraldo Pimenta, em que requerem seja encaminhado ao Departamento Nacional de Produção Mineral pedido de informações sobre todas as empresas responsáveis pelo trabalho nas barragens no Estado, contendo o nome, o número de trabalhadores e os responsáveis técnicos de cada uma delas;

nº 6.607/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer sejam encaminhadas ao Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 3ª Reunião Extraordinária, para investigação das denúncias apresentadas sobre as condições de trabalho dos profissionais de enfermagem nas instituições públicas e privadas do Estado;

nº 6.608/2016, da deputada Geisa Teixeira e do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para assegurar a implantação da jornada de trabalho de 30 horas semanais e piso salarial dos assistentes sociais em todo o Estado, e para a constituição de um grupo de trabalho com representação dos assistentes sociais;

nº 6.609/2016, da deputada Geisa Teixeira e do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requerem seja encaminhado à Associação Mineira de Municípios – AMM – em Belo Horizonte, pedido de providências para incluir em sua agenda a discussão acerca da exigência de cumprimento da Lei Federal nº 12.317, de 2010, que fixa a duração do trabalho do assistente social em 30 horas semanais, sem redução salarial, em todos os municípios;

nº 6.610/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel e da deputada Geisa Teixeira, em que requerem seja encaminhado às prefeituras dos municípios que não cumprem a Lei Federal nº 12.317, de 2010, que fixa a duração do trabalho do assistente social em 30 horas semanais, sem redução salarial, pedido de providências para sua aplicação imediata;

nº 6.611/2016, da deputada Geisa Teixeira e do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais – Seccri – pedido de providências para o cumprimento da Lei Federal nº 12.317, de 2010, que fixa a duração do trabalho do assistente social em 30 horas semanais, sem redução salarial, em todas as instituições públicas e privadas do Estado;

nº 6.612/2016, da deputada Geisa Teixeira e do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requerem seja encaminhado aos presidentes das Câmaras de Municipais dos municípios que não cumprem a Lei Federal nº 12.317, de 2010, que fixa a duração do trabalho do assistente social em 30 horas semanais, sem redução salarial, pedido de providências para que atuem na sua aplicação imediata;

nº 6.613/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel e do deputado Geraldo Pimenta, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais pedido de providências para agendamento de reunião com as centrais sindicais e federações para tratar da situação do setor metalúrgico do Estado, que sofre de forma acentuada os efeitos da crise econômica;

nº 6.614/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel e do deputado Geraldo Pimenta, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para estabelecer um calendário de reuniões do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social com a participação das centrais sindicais, para viabilizar a efetiva representação dos trabalhadores no conselho;

nº 6.615/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel e do deputado Geraldo Pimenta, em que requerem seja encaminhado ao Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda do Estado de Minas Gerais – Ceter-MG – pedido de providências para o agendamento de reunião extraordinária para debater o desemprego no Estado, com a participação de todas as centrais sindicais com atuação no Estado e desta comissão;

nº 6.616/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel e do deputado Geraldo Pimenta, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais pedido de providências para suspender a execução da decisão



de reintegração de posse do terreno da Ceasa emitida contra a Ocupação William Rosa, até que sejam encontradas alternativas compatíveis com o direito à moradia, e que sejam tomadas providências para intermediar a negociação dessa ocupação com o governo federal;

nº 6.617/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel e do deputado Geraldo Pimenta, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para retomar as reuniões ordinárias do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social, com a participação da representação sindical;

nº 6.618/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel e do deputado Geraldo Pimenta, em que requerem seja encaminhado ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão pedido de informações sobre o posicionamento do governo acerca do fechamento da planta da Vale Manganês, em Ouro Preto, com demissão em massa dos seus funcionários, tendo em vista a utilização, pela empresa, dos incentivos concedidos pelo governo federal;

nº 6.619/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel e do deputado Geraldo Pimenta, em que requerem seja encaminhado ao Ministério da Defesa pedido de informações sobre o posicionamento do governo federal em relação ao corte dos direitos dos trabalhadores e demissões ocorridas na Indústria de Material Bélico do Brasil – Imbel –, com sede em Itajubá, e sobre o montante de recursos orçamentários previsto para a referida empresa para os anos de 2015 e 2016, detalhando os valores destinados a despesas com recursos humanos;

nº 6.620/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao presidente interino da República pedido de providências para retirada da Pasta da Previdência do Ministério da Fazenda e a criação do Ministério da Seguridade e Previdência Social;

nº 6.621/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social e ao Ministério Público do Trabalho pedido de providências relativo à cobrança feita pelo Sindicato dos Empregados em Hotéis, Hospitalidade, Turismo, Bares e Restaurantes e Similares de São Lourenço e Região de Minas Gerais a vários comerciantes do setor de bares e restaurantes do Município de São Sebastião do Paraíso, obrigando-os ao pagamento de plano odontológico a seus funcionários dos exercícios financeiros de 2013 e 2014;

nº 6.622/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, do deputado Geraldo Pimenta e do deputado Rogério Correia, em que requerem seja encaminhado aos deputados federais e senadores da bancada mineira cópia da carta da Frente Parlamentar e Popular Mineira em Defesa da Previdência Social para dar ciência do seu lançamento e solicitar adesão ao movimento;

nº 6.623/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, do deputado Geraldo Pimenta e do deputado Rogério Correia, em que requerem seja encaminhado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social pedido de providências para agendamento de reunião com a Frente Parlamentar e Popular Mineira em Defesa da Previdência Social para apresentação e discussão de carta elaborada pela frente;

nº 6.624/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, do deputado Geraldo Pimenta e do deputado Rogério Correia, em que requerem seja encaminhado à Câmara dos Deputados pedido de providências para agendamento de reunião do líder da bancada mineira com a Frente Parlamentar e Popular Mineira em Defesa da Previdência Social para apresentação e discussão da carta elaborada pela frente;

nº 6.625/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, do deputado Rogério Correia e do deputado Geraldo Pimenta, em que requerem sejam encaminhadas aos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento Social e Agrário as notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária, ocorrida em 23/6/2016, para conhecimento;

nº 6.626/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, do deputado Geraldo Pimenta e do deputado Rogério Correia, em que requerem seja encaminhado ao Ministério da Fazenda pedido de providências para agendamento de reunião entre o ministro da Fazenda e a Frente Parlamentar e Popular Mineira em Defesa da Previdência Social e para apresentação e discussão de carta elaborada pela frente;

nº 6.627/2016, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado à Superintendência do Ministério do Trabalho em Minas Gerais pedido de informações sobre o retorno da emissão de carteiras de trabalho no Estado, uma vez que o serviço está suspenso há mais de 30 dias; e sobre a situação em que se encontra o convênio entre o Sistema Nacional de Emprego – Sine –, governo de Minas e Ministério do Trabalho;

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2016.

Geraldo Pimenta, presidente – Tito Torres – Cristiano Silveira.

ATA DA 3ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES – § 1º DO ART. 204 DO REGIMENTO INTERNO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/7/2016

Às 10h39min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, André Quintão e Rogério Correia (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.542/2016 com as Emendas nos 3, 9, 24, 40, 42 e 58 apresentadas por parlamentares; e com as Emendas nºs 60 a 66, e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 4 a 8, 10 a 23, 25 a 39, 41, 43 a 57 e 59 (relator: deputado Tiago Ulisses). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2016.

Tiago Ulisses, presidente – Bosco – Gil Pereira – João Leite – Geraldo Pimenta.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/7/2016

Às 18h23min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cássio Soares, Cristiano Silveira (substituindo a deputada Marília Campos, por indicação da liderança do BMM) e Glaycon Franco (substituindo o deputado Inácio Franco, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.856/2015 na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Cássio Soares). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2016.

Cássio Soares, presidente – Marília Campos – Inácio Franco – Bosco.

**ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/7/2016**

Às 19h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado Douglas Melo (substituindo o deputado Deiró Marra, por indicação da liderança do BMM), membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Douglas Melo, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a qualidade da construção das casas que foram entregues pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, no Subdistrito de Campo de Santana. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Cheila Reis, vereadora da Câmara Municipal de Prudente de Morais; Ana Brangioni, gerente de habitação da Regional Leste de Minas da Caixa Econômica Federal; e os Srs. Jocimar César Brandão, vice-prefeito de Prudente de Morais; José de Lima Natal, secretário de Assistência Social de Prudente de Morais; João Onofre Dias Moura, vereador da Câmara Municipal de Prudente de Morais; Francisco Martins, vereador da Câmara Municipal de Prudente de Morais; Marcelo Luís Baião Salgado, gerente da Regional Leste de Minas da Caixa Econômica Federal; Marco Aurélio de Souza, presidente da Associação de Moradores Acasa. A presidência, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2016.

Deiró Marra, presidente – Antônio Carlos Arantes – Gustavo Valadares – Anselmo José Domingos.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/7/2016

Às 14h36min, comparece na Sala das Comissões o deputado Antônio Jorge, membro da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Fabiano Tolentino. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Jorge, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a relação das comunidades terapêuticas com o Estado, tendo em vista o Marco Regulatório do Terceiro Setor (Lei Federal 13.019, de 2014) e o Marco Regulatório das Comunidades Terapêuticas (Resolução Conad nº 1, de 2015). Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Marta Elizabete de Souza, coordenadora Estadual de Saúde Mental da Secretaria de Estado de Saúde, representando a subsecretária de Políticas e Ações em Saúde; Júlia Mara Sousa Oliveira, superintendente central de Convênios e Parcerias da Secretaria de Estado de Governo; Ana Martins Godoy Pimenta, presidente da Federação Nacional das Comunidades Terapêuticas Católicas e Instituições Afins e coordenadora nacional da Pastoral da Sobriedade, de Governador Valadares; e Ana Luiza Cesar Viana, conselheira da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas; e os Srs. Fábio Miranda de Carvalho, assessor-chefe do Gabinete da Subsecretaria de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Estado de Defesa Social, representando o subsecretário; Aloísio Andrade, presidente do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas – Conead; e Ronaldo Guilherme Viteli Viana, superintendente de Acolhimento da Secretaria de Estado de Defesa Social. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2016.

Antônio Jorge, presidente – Léo Portela – Sargento Rodrigues.

**ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/7/2016**

Às 10h41min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fred Costa, Doutor Jean Freire e Geraldo Pimenta (substituindo a deputada Geisa Teixeira, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fred Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater sobre a iluminação e a falta de passeio no trecho entre o BH Shopping e a Rodovia MG-030. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação, e aprovado o Requerimento nº 6.742/2016, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Integração Regional no Modal Aéreo – Pirma –, elaborado pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Isabela de Resende Coutinho, defensora pública coordenadora na Comarca de Nova Lima; e os Srs. Walmir de Castro Braga, representante da Frente Vetor Sul; Luiz Henrique de Freitas, representante do Comitê de Segurança da MG-030; Rogério Campolina, coordenador-chefe da 1ª Coordenadoria Regional do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG –, e Anderson Tavares Abras, gerente de Tráfego e Segurança Viária, representando o diretor-geral desse órgão; Josehyto Robson Ferreira, gerente administrativo do Condomínio Village Terrasse; Fernando Santana, representante do Movimento da Associação de Moradores de Belo Horizonte; e Márcio Fonseca da Silva, representante da Associação de Empreendedores do Vila da Serra e Vale do Sereno. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2016.

Paulo Lamac, presidente – Rogério Correia – Glaycon Franco.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/7/2016

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Lamac, Cristiano Silveira e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Dalmo Ribeiro Silva, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Doutor Jean Freire. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Sr. Caio Barros Cordeiro (7), subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil (9, 23 e 30/6/2016); e do Sr. Vítor Valverde, secretário de Governo de Belo Horizonte (9/6/2016). Ausentam-se da reunião os deputados Doutor Jean Freire e Cristiano Silveira, momento em que se faz presente a deputada Celise Laviola. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 969, 1.064 e 1.934/2015, todos na forma do Substitutivo nº 1; e 1.356/2015 na forma do Substitutivo nº 2; e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Paulo Lamac). Passa-se à 3ª Fase da 2ª



Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.772/2016, da deputada Marília Campos e do deputado Paulo Lamac, em que requerem seja realizada visita conjunta com a Comissão de Cultura ao conjunto arquitetônico da Pampulha, candidato ao título de Patrimônio da Humanidade, para conhecer seus equipamentos culturais;

nº 6.773/2016, do deputado Paulo Lamac, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que encaminhe a esta Casa projeto de lei adequando a carreira de inspetor escolar, conforme minuta que apresenta.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de agosto de 2016.

Paulo Lamac, presidente – Rogério Correia – João Magalhães.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/8/2016

Às 15h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fábio Avelar Oliveira, Roberto Andrade e Wander Borges, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Roberto Andrade, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nos 197/2015, no 1º turno, e 3.558/2016, em turno único (deputado Fábio Avelar Oliveira); Projetos de Lei nos 494/2015, no 1º turno, 1.356/2015 (redistribuição), no 1º turno, e 3.556/2016, em turno único (deputado Felipe Attiê); Projetos de Lei nos 3.022/2015 (redistribuição), no 1º turno, e 3.286/2016, no 1º turno (deputado Roberto Andrade); e Projetos de Lei nos 616 (redistribuição), no 2º turno, e 2.962/2015 (redistribuição), no 1º turno (deputado Wander Borges). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nos 775/2015, na forma do Substitutivo nº 1 apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Roberto Andrade), e 2.962/2015 (relator: deputado Felipe Attiê, redistribuída a proposição ao deputado Wander Borges); e pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 616/2015, na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1 (relator: deputado Felipe Attiê, redistribuída a proposição ao deputado Wander Borges). Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nos 1.143/2015, 3.198, 3.368 e 3.379/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.792/2016, do deputado Dirceu Ribeiro, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com as Comissões de Administração Pública, de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social para debater a situação de engenheiros, arquitetos, geólogos e geógrafos servidores do Estado que reivindicam valorização profissional e salarial, além de reconhecimento por parte do poder público;

nº 6.793/2016, do deputado Fábio Avelar Oliveira, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater a atual situação dos Centros de Formação de Condutores – CFCs – do Estado;



nº 6.794/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater a contribuição do cooperativismo ao mercado de trabalho como modo de frear o aumento do índice de desemprego no Estado;

nº 6.795/2016, do deputado Roberto Andrade, em que requer seja realizada visita à Codemig para conhecer detalhes de projetos de voos diretos de 12 cidades do Estado para Belo Horizonte;

nº 6.796/2016, dos deputados Antônio Carlos Arantes e Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizado fórum técnico com o tema "Marco Regulatório das Startups Mineiras", para debater o Projeto de Lei nº 3.578, de 2016.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2016.

Antônio Carlos Arantes, presidente – Fábio Avelar Oliveira – Anselmo José Domingos.

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/8/2016

Às 9h43min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Cabo Júlio, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, discutir a intenção da Chefia da Polícia Civil de retirar a 36ª Delegacia Regional de Polícia Civil – Barreiro – dessa região administrativa, que concentra 512 bairros e aproximadamente 550 mil habitantes. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.800/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para aumentar o efetivo da 215ª Companhia do 48º Batalhão de Polícia Militar, com sede em Brumadinho, responsável pelo policiamento ostensivo das regiões do Córrego do Feijão, Córrego do Barro, Córrego do Fundo e Tejuco;

nº 6.801/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que a Companhia de Polícia Militar com sede em Sete Lagoas seja transformada em Companhia de Polícia Militar Independente.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Rita de Cássia Januzzi, chefe do 1º Departamento de Polícia Civil, e os Srs. Antônio Carlos de Alvarenga Freitas, chefe adjunto da Polícia Civil de Minas Gerais, e Wilson Anderson Soares, membro do Conselho Deliberativo da Associação Central Única dos Militares Estaduais de Minas Gerais – Cume –, representando o presidente. A presidência concede a palavra ao deputado Cabo Júlio, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente – André Quintão – Dalmo Ribeiro Silva.

**ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/8/2016**

Às 14h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira, Durval Ângelo e Rogério Correia (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.166/2015. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nos 4.842 a 4.848/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.802/2016, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater ações propositivas que visem ao fortalecimento das políticas em prol dos movimentos culturais periféricos;

nº 6.803/2016, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater ações propositivas que visem ao fortalecimento das políticas de mulheres;

nº 6.804/2016, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater ações propositivas que visem ao fortalecimento das políticas indígenas;

nº 6.805/2016, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater ações propositivas que visem ao fortalecimento das políticas de combate à intolerância religiosa;

nº 6.807/2016, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater ações propositivas que visem ao fortalecimento das políticas de combate ao racismo;

nº 6.809/2016, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater ações propositivas que visem ao fortalecimento das políticas para a juventude;

nº 6.810/2016, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater ações propositivas que visem ao fortalecimento das políticas em prol dos idosos vítimas de violência;

nº 6.812/2016, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater ações propositivas que visem ao fortalecimento das políticas em prol das crianças e adolescentes vítimas de violência;

nº 6.813/2016, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater ações propositivas que visem ao fortalecimento das políticas em prol das mulheres vítimas de violência;

nº 6.814/2016, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater ações em defesa dos direitos humanos;

nº 6.815/2016, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater ações em defesa dos direitos humanos;

nº 6.816/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância do Decreto nº 5.452, de 1943, que dispõe sobre a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – no Brasil, bem como sua influência nos direitos humanos dos trabalhadores brasileiros;

nº 6.818/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância do direito das aposentadorias no Brasil e sua influência na vida dos brasileiros;

nº 6.820/2016, do deputado Durval Ângelo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, ao secretário de Casa Civil e ao advogado-geral do Estado pedido de providências para que enviem a esta Casa projeto de lei que corrija a www.almg.gov.br Página 11 de 24



distorção verificada entre os candidatos da Polícia Civil (Edital 4/2008, entre outros) que, em virtude de uma Ação Civil Pública questionando o limite de idade estabelecido, acabou por atrasar a homologação dos mesmos e por ensejar que, quando da matrícula no curso de formação, vários candidatos já contassem idade superior à máxima permitida;

nº 6.821/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater o projeto de terceirização e precarização, sob a ótica dos direitos humanos, que vem ocorrendo na Empresa de Correios e Telégrafos do Brasil;

nº 6.822/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater a precarização das empresas públicas e demais estatais;

nº 6.823/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater as ocupações e desocupações de terras em Belo Horizonte, sob a ótica dos direitos humanos e do direito à moradia, entre as quais a ocupação Maria Bonita e outras;

nº 6.824/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater a desapropriação e a ação de despejo relacionadas à Fazenda Ariadinópolis, no Município de Campo Belo;

nº 6.827/2016, do deputado Cristiano Silveira, em que requer sejam encaminhadas cópia da documentação entregue pela promotora de Justiça da Comarca de São Sebastião do Paraíso e as notas taquigráficas da 12ª Reunião Ordinária da comissão, realizada em 6/7/2016, com pedido de providências à Chefia de Polícia Civil para que sejam apuradas as denúncias feitas pelos cidadãos em desfavor do prefeito desse município;

nº 6.829/2016, do deputado Cristiano Silveira e do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requerem sejam encaminhados ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais as notas taquigráficas da 12ª Reunião Ordinária da comissão e pedido de providências para que seja promovida a intermediação entre os servidores públicos do Município de São Sebastião do Paraíso, atualmente em greve, e o Poder Executivo Municipal, a fim de que seja garantida a continuidade dos serviços públicos.

É adiada a votação, a requerimento do deputado Durval Ângelo, dos seguintes requerimentos:

nº 6.806/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado pedido de informações à Diretoria do Foro do Tribunal Regional Federal da 1ª Região – Seção Judiciária de Minas Gerais sobre o andamento processual de suposto crime de fraude e desvios de recursos públicos do Sistema Único de Saúde, cometido pelo Chefe do Poder Executivo de São Sebastião do Paraíso na administração do Hospital Sagrado Coração de Jesus desse município e na rede pública municipal de saúde;

nº 6.808/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público Estadual pedido de providências para que seja apurado suposto ato ilegal do Chefe do Poder Executivo de São Sebastião do Paraíso de suspensão e afastamento de servidores públicos municipais dessa cidade, que estão em greve feita em total cumprimento da lei pelo movimento grevista, garantidos os 30% dos serviços essenciais;

nº 6.811/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado pedido de providências à Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais para que intermedeie negociações visando conter o caos instalado no Município de São Sebastião do Paraíso em virtude de greve e paralisação dos servidores e falta total de vontade em dialogar com o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais dessa cidade;

nº 6.817/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar, acompanhado das notas taquigráficas da 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em 6/7/2016, pedido de providências para apuração dos supostos crimes e irregularidades relatados pelos participantes da referida reunião, em especial a suposta ameaça de morte sofrida pela Sra. Maria Helena Campos de Andrade, diretora administrativa da Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso;



nº 6.819/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil, acompanhado das notas taquigráficas da 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em 6/7/2016, pedido de providências para apuração dos supostos crimes e irregularidades relatados pelos participantes da referida reunião, em especial a suposta ameaça de morte sofrida pela Sra. Maria Helena Campos de Andrade, diretora administrativa da Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso;

nº 6.825/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público Federal pedido de providências para remeter o expediente contido no Ofício nº 509/2016, motivado pelo Inquérito Civil MPMG 0647.14.000567 – 7, endereçado à Comissão de Direitos Humanos no dia 24/6/2016, para apurar suposta ilegalidade na retenção de verba pública federal e estadual feita pelo chefe do Poder Executivo do Município de São Sebastião do Paraíso;

nº 6.826/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para remeter o expediente contido no Ofício nº 509/2016, motivado pelo Inquérito Civil MPMG 0647.14.000567 – 7, endereçado à Comissão de Direitos Humanos no dia 24/6/2016, para apurar suposta ilegalidade na retenção de verba pública federal e estadual feita pelo chefe do Poder Executivo do Município de São Sebastião do Paraíso;

nº 6.828/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado à Secretaria Estadual de Saúde pedido de providências para remeter o expediente contido no Ofício nº 509/2016, motivado pelo Inquérito Civil MPMG 0647.14.000567-7, endereçado à Comissão de Direitos Humanos no dia 24/6/2016, para apurar suposta ilegalidade na retenção de verba pública federal e estadual feita pelo chefe do Poder Executivo do Município de São Sebastião do Paraíso.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de agosto de 2016.

Cristiano Silveira, presidente – Rogério Correia – Doutor Jean Freire.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/8/2016

Às 9h35min, comparece na Sala das Comissões o deputado Arlen Santiago, membro da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Wander Borges e Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os processos de credenciamento de novos serviços no Sistema Único de Saúde – SUS –, o teto de financiamento do SUS no Estado, a urgência e emergência, melhoria do diagnóstico precoce de câncer para diminuição de custos de tratamentos paliativos, bem como o motivo pelo qual Minas Gerais ficou fora do programa de expansão de radioterapia do Ministério da Saúde. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Márcia Dayrell, diretora de Redes Assistenciais, representando o secretário de Estado de Saúde; Terezinha Madureira Conceição, diretora-presidente do Hospital Imaculada Conceição, de Curvelo; Mara Cristina Vasconcellos Liberato, diretora administrativa do Hospital São Francisco de Assis, de Jacareí (SP); Sandra Marcia Diniz Lopes, diretora-médica do Instituto do Câncer; Sílvia Regina Pereira da Silva, diretora executiva da Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí; Rejane Valgas Oliveira Galvão, secretária Municipal de Saúde de Curvelo; e os Srs. Francisco de Assis Figueiredo, secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde; Fabiano Geraldo Pimenta Júnior, secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte; Jorge Delbons, assessor da presidência, representando a diretora-presidente do Hospital da Baleia; Luiz Eduardo Grisolia de Oliveira, procurador-geral do Hospital Ibiapaba – Cebams, de Barbacena; Carlos Eduardo Ferreira, assessor científico do Núcleo de Pesquisa, representando o presidente do Conselho Curador do Instituto Mário Penna; Sérgio Squassoni Leite, gerente de Tecnologia da Informação e Engenharia do Hospital São Francisco de Assis, de Jacareí (SP); José Orleans da Costa, secretário municipal de Saúde e Programas Sociais de Barbacena; Porfírio



Andrade, superintendente geral da Santa Casa de Belo Horizonte; Narcélio Alves da Costa, diretor executivo do Conserge e secretário-geral do Cosecs; Euler Borja, presidente da Associação Evangélica Beneficente – Hospital Evangélico de Belo Horizonte; Christian Tassi, administrador do Hospital Nossa Senhora das Dores, de Ponte Nova; Francisco Rodrigues da Cunha Neto, procurador do Hospital Nossa Senhora das Dores, de Ponte Nova; Kátia Rocha, presidente da Federassantas; Willian Nunes de Magalhães, secretário municipal de saúde de Patos de Minas; Dilson Godinho, diretor do Hospital Dilson Godinho, de Montes Claros; Gabriel Gil, membro efetivo da Sociedade Brasileira de Radioterapia; e Felipe Toledo Rocha, superintendente do Hospital Hélio Angotti, de Uberaba. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, no dia 9 de agosto, às 9h30, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2016.

Arlen Santiago, presidente – Carlos Pimenta.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/8/2016

Às 10h25min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gil Pereira, Tony Carlos e Dilzon Melo (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado João Magalhães. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.310/2016, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Bosco. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.830/2016, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a indenização sugerida pela Aneel à Cemig por ativos de transmissão;

nº 6.831/2016, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada visita à Empresa de Pesquisa Energética – EPE – para tratar dos leilões de energia renovável agendados para este ano e os investimentos em Minas Gerais;

nº 6.832/2016, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada visita à Intersolar South America, evento integrante da principal série de exposições do mundo do setor de energia solar, que acontecerá nos dias 23 a 25/8/2016, no Expo Center Norte, em São Paulo (SP);

nº 6.833/2016, do deputado Gil Pereira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Gilberto Magalhães Occhi, pela brilhante iniciativa de instalar usinas fotovoltaicas nos telhados de 44 agências da referida instituição no Brasil;

nº 6.834/2016, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada visita à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf – para tratar dos investimentos da instituição em projetos sustentáveis e de revitalização da bacia hidrográfica do Rio São Francisco, principalmente em sua porção mineira;

nº 6.835/2016, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada visita à sede da Caixa Econômica Federal, em Brasília, para discutir as formas de estímulo às construções sustentáveis e à aquisição de kits de energia solar fotovoltaicos; e

nº 6.836/2016, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada visita à cerimônia de lançamento do programa Novo Chico, que será realizado em 9/8/2016, em Brasília.



Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2016.

Gil Pereira, presidente – Glaycon Franco – Tony Carlos.

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/8/2016

Às 18h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Paulo Guedes, Cristiano Silveira (substituindo o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do BMM) e Tiago Ulisses (substituindo o deputado Glaycon Franco, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei Complementar nº 52/2016 e os Projetos de Lei nºs 3.504 a 3.507, 3.510, 3.511, 3.513 e 3.515/2016 são retirados da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprirem os pressupostos regimentais, e os Projetos de Lei nºs 3.040 e 3.099/2015 e 3.192, 3.482 e 3.502/2016, no 1º turno, por deliberação da comissão, a requerimento do deputado Paulo Guedes, aprovado pela comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos e reconvoca os membros da comissão para as reuniões extraordinárias do dia 9/8, às 10h30min e às 18 horas, e para a próxima reunião ordinária, acrescentando-se na ordem do dia o Projeto de Lei nº 3.509/2016, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2016.

João Magalhães, presidente – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses – Agostinho Patrus Filho – Cabo Júlio.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/8/2016

Às 9h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, André Quintão, Paulo Guedes e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o deputado João Leite, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, informa o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Vítor Valverde, secretário de Governo da Prefeitura de Belo Horizonte, e Carlos André Mariani Bittencourt, procurador-geral de justiça do Estado de Minas Gerais (7/7/2016), Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth, promotora de justiça coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa das Crianças e dos Adolescentes – Caodca –, Waldemar Antônio de Arimatéia, procurador-geral de justiça adjunto jurídico, Jorge Luiz Macedo Bastos, diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – e Vítor Valverde, secretário de Governo da Prefeitura de Belo Horizonte (14/7/2016) e Marco Aurélio Cândido Rocha, vereador de Caeté (5/8/2016). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.359 a 4.361, 4.446 e 4.447/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:



nº 6.841/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com o subtenente Robson Marinho da Silva pelos 30 anos de dedicação e efetivo serviço na Polícia Militar do Estado de Minas Gerais;

nº 6.842/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência de convidados para entrega de voto de congratulações com o subtenente Robson Marinho da Silva, pelos 30 anos de dedicação e efetivo serviço na Polícia Militar de Minas Gerais;

nº 6.843/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhada manifestação de aplauso à judoca Rafaela Silva pela conquista da primeira medalha de ouro para o Brasil nos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente – Cabo Júlio – Carlos Pimenta.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/8/2016

Às 10h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Lamac, Glaycon Franco (substituindo o deputado Wander Borges, por indicação da liderança do BCMG) e Rogério Correia (substituindo a deputada Rosângela Reis, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.844/2016, dos deputados Paulo Lamac e Rogério Correia, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o impasse nas negociações salariais, a precarização do trabalho e o sucateamento da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte, bem como o processo em curso de mudança física e alteração do escopo institucional e funcional do órgão, com prejuízos para os trabalhadores de vilas e favelas do Município de Belo Horizonte;

nº 6.845/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater os vazamentos de gás ocorridos nos Bairros Funcionários e Savassi;

nº 6.846/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada visita ao secretário de Gestão Regional Centro-Sul de Belo Horizonte e ao presidente da Sudecap, com a presença de representantes de associações de moradores, para debater a implantação de passeio na Via Stael Bicalho;

nº 6.847/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de informações sobre a poda de árvores realizada no estacionamento do Parque das Mangabeiras, em 11/7/2016;

nº 6.848/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater a poda de árvores no Parque das Mangabeiras realizada em 11/7/2016;

nº 6.849/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para ativar a iluminação pública e implantar passeio na Via Stael Bicalho, conforme ofício do Ministério Público Federal;

nº 6.850/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja encaminhado ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem – DER-MG – pedido de providências para implantar acostamento, passarelas de pedestres, barreira do tipo *new*

jersey na divisão das pistas, fiscalização eletrônica de velocidade e realização de capina nos canteiros centrais e laterais da Rodovia MG-030;

nº 6.851/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Cultura para debater a retirada do Centro de Artesanato Mineiro – Ceart – do Palácio das Artes.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de agosto de 2016.

Paulo Lamac, presidente – Rogério Correia.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/8/2016

Às 10h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, André Quintão, Arnaldo Silva, Thiago Cota e Rogério Correia (substituindo o deputado Vanderlei Miranda, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. Suspende-se a reunião. Às 10h44min são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados Tiago Ulisses, André Quintão, Arnaldo Silva, Thiago Cota e Gustavo Corrêa (substituindo o deputado Felipe Attiê, por indicação da liderança do BVC). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 1.832 e 2.834/2015 e 3.482 e 3.502/2016 são retirados da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprirem pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para as reuniões extraordinárias de hoje, às 15 horas e às 18h15min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2016.

Tiago Ulisses, presidente – Tito Torres – Thiago Cota – André Quintão – Celise Laviola.

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/8/2016

Às 15h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, Tadeu Martins Leite, Antônio Carlos Arantes (substituindo o deputado Bonifácio Mourão, por indicação da liderança do BVC), Cristiano Silveira e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios dos autores dos Projetos de Lei nºs 1.105, 1.835, 2.553, 2.561, 2.594 e 2.909/2015 e 3.290, 3.478, 3.557, 3.579 e 3.612/2016 encaminhando documentos necessários à sua tramitação, em atenção a pedidos de diligência da comissão. A presidência determina a anexação dos documentos aos respectivos projetos. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.685/2016, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Bonifácio Mourão. Registra-se a saída do deputado Antônio Carlos Arantes. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A seguir, são retirados de pauta por deliberação da comissão, a requerimentos dos deputados mencionados entre parênteses, o Projeto de Lei Complementar nº 12/2015 e o Projeto de Lei nº 3.671/2016 (Antônio Jorge) e os Projetos de Lei nºs 253 e 1.237/2015 e 3.284/2016 (Tadeu Martins Leite), 1.291, 1.695, 1.982,



1.985/2015 e 3.460 e 3.685/2016 (Leonídio Bouças) e 3.499/2016 (Luiz Humberto Carneiro). É convertido em diligência ao secretário de Estado de Planejamento o Projeto de Lei Complementar nº 47/2016 (relator: deputado Antônio Jorge). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 488 e 1.658/2015, ambos com a Emenda nº 1 (relator: deputado Leonídio Bouças). Registra-se a presença do deputado Bonifácio Mourão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 957/2015 (relator: deputado Tadeu Martins Leite, em virtude de redistribuição) e 685/2015 e 3.594/2016 (relator: deputado Leonídio Bouças). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 234 e 254/2015, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelo respectivo relator, deputado Leonídio Bouças. Após discussão e votação é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 527/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças). Registra-se a saída dos deputados Cristiano Silveira e Luiz Humberto Carneiro e a presença do deputado Paulo Lamac. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 794/2015, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo respectivo relator, deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 869/2015, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelo respectivo relator, deputado Leonídio Bouças. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.073/2015, 1.431/2015 na forma do Substitutivo nº 1, 3.290/2016 com a Emenda nº 1 e 3.467/2016 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Bonifácio Mourão, sendo o terceiro em virtude de redistribuição); 1.332/2015 com as Emendas nºs 1 e 2 e 3.447/2016 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Leonídio Bouças); e 1.608 e 3.003/2015, ambos na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Tadeu Martins Leite, em virtude de redistribuição). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.574, 2.701 e 3.064/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças, sendo o primeiro em virtude de redistribuição). Registra-se a presença do deputado Antônio Jorge. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.476/2016 na forma do Substitutivo nº 1, 3.491/2016, 3.601/2016 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Leonídio Bouças) e 3.521/2016 com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: deputado Tadeu Martins Leite). São convertidos em diligência ao secretário de Estado de Cultura o Projeto de Lei nº 3.548/2016; ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora o Projeto de Lei nº 3.636/2016; ao autor, ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas o Projeto de Lei nº 3.638/2016; ao autor, ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de São João Nepomuceno o Projeto de Lei nº 3.642/2016; ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Manhuaçu o Projeto de Lei nº 3.658/2016 (relator: deputado Bonifácio Mourão, sendo o primeiro, o segundo e o quinto em virtude de redistribuição); ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 3.664/2016 e ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Monte Sião o Projeto de Lei nº 3.672/2016 (relator: deputado Leonídio Bouças, sendo o segundo em virtude de redistribuição). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.618/2016, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelo respectivo relator, deputado Antônio Jorge. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 3.616/2016 é retirado de pauta por determinação do presidente da Comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Bonifácio Mourão, em virtude de redistribuição, que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 275/2015, em turno único, o presidente defere o pedido de vista do deputado Tadeu Martins Leite. Registra-se a saída do deputado Paulo Lamac. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 731/2015 com a Emenda nº 1, 1.105/2015 e 3.612, 3.665 e 3.673/2016 (relator: deputado Tadeu Martins Leite, em virtude de



redistribuição, exceto o último); 2.594/2015 (relator: deputado Antônio Jorge); 2.909/2015 e 3.557/2016 (relator: deputado Leonídio Bouças); e 3.165/2015 e 3.579, 3.646, 3.649 e 3.660/2016 (relator: deputado Bonifácio Mourão, sendo do segundo ao quinto em virtude de redistribuição). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 6.859/2016, do deputado Bonifácio Mourão, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com as Comissões de Administração Pública e Fiscalização Financeira e Orçamentária para debater os reflexos da crise econômica nas contas dos municípios mineiros. Submetidos a votação, são aprovados, cada um por sua vez, requerimentos em que se solicita, nos termos do parágrafo único do art. 301 do Regimento Interno, aos autores dos Projetos de Lei nºs 3.641, 3.643, 3.666 e 3.670/2016 e ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais relativamente os Projetos de Lei nºs 2.336/2015 e 3.647 e 3.667/2016, que instruem as referidas proposições com a documentação necessária à sua tramitação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2016.

Tadeu Martins Leite, presidente – Antônio Jorge – Bonifácio Mourão – Isauro Calais.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO Nº 25/2015, DE JOÃO PAULO MELLO RODRIGUES SARMENTO PARA O CARGO DE DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS – IEF – NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/8/2016

Às 16h18min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Cristiano Silveira e Antônio Jorge (substituindo o deputado Cássio Soares, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e proceder à arguição pública do Sr. João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento, indicado ao cargo de diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o indicado e para proceder à sua arguição pública, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, da Indicação nº 25/2015 (relator: deputado Cristiano Silveira). Cumprida a finalidade da reunião e da comissão, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da comissão.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2016.

Antônio Carlos Arantes, presidente – Antônio Jorge – Cristiano Silveira.

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/8/2016

Às 18h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Cristiano Silveira (substituindo o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do BMM) e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta; e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 3.510/2016, no 2º turno, é retirado da pauta



por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de lei nº 3.509/2016 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno (relator: deputado João Magalhães), com o voto contrário do deputado Sargento Rodrigues. Registra-se a presença do deputado Cabo Júlio. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 52/2016 e do Projeto de Lei nº 3.504/2016 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno (relator: deputado João Magalhães). Retira-se da reunião o deputado Sargento Rodrigues. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.505 e 3.506/2016 na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1; 3.511/2016 na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 a 3; e 3.515/2016 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno (relator: deputado João Magalhães). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.507/2016, este com a Emenda nº 3 incorporada ao Substitutivo nº 3, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2; 3.513/2016 com as Emendas nºs 5 a 8 e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 4 (relator: deputado João Magalhães); 2.816/2015 na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Cabo Júlio); 3.040/2015 na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça com a Emenda nº 1 (relator: deputado Cabo Júlio, em virtude de redistribuição); e 3.099/2015 na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Agostinho Patrus Filho). Os pareceres dos Projetos de Lei nºs 3.482 e 3.502/2016, no 1º turno, têm a discussão adiada atendendo-se a requerimento do deputado Agostinho Patrus Filho, aprovado pela comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.246 e 5.247/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.838 e 6.839/2016. O Requerimento nº 6.840/2016 tem a votação adiada, atendendo-se a requerimento do deputado Cabo Júlio. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2016.

João Magalhães, presidente – Cássio Soares – Celise Laviola – Rogério Correia.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/8/2016

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Lamac, Rogério Correia e João Magalhães (substituindo a deputada Celise Laviola, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.860/2016, do deputado Paulo Lamac, em que requer seja realizada audiência pública para debater a tecnologia no ensino e seus impactos sociais e políticos no Estado;

nº 6.861/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater as reivindicações dos servidores das Superintendências Regionais de Ensino e do Órgão Central da Secretária de Estado de Educação;



nº 6.862/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater o andamento da etapa final de reformas da Escola Estadual Pandiá Calógeras, em Belo Horizonte, tendo em vista que as obras já duram mais de quatro anos e, durante esse período, a escola vem funcionando de forma precária em outro local;

nº 6.863/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater as contribuições do educador e filósofo brasileiro Paulo Freire para a área da educação, bem como a importância mundial de seu pensamento e obra;

nº 6.864/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater a implantação de políticas públicas referentes às medidas socioeducativas, bem como para promover o lançamento da campanha da Pastoral do Menor e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em defesa das medidas socioeducativas com o tema “Dê oportunidades porque ninguém nasce infrator”;

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 6.865/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva e do deputado Fabiano Tolentino, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para retomar o processo de aquisição de carteiras escolares pelas caixas escolares das escolas da rede pública, suspendendo-se o Pregão nº 1/2015;

nº 6.866/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva e do deputado Fabiano Tolentino, em que requerem seja realizada visita ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público Estadual para conhecer o atual processo de aquisição de carteiras escolares e as opções possíveis para esse processo; e seja convidada a participar dessa visita a secretária de Estado de Educação;

nº 6.867/2016, do deputado Gustavo Valadares, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o não pagamento aos municípios da parcela relativa ao transporte escolar;

nº 6.868/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para homenagear o Centro de Ensino Superior em Gestão, Tecnologia e Educação – FAI –, de Santa Rita do Sapucaí, pelos 45 anos de fundação;

nº 6.869/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para homenagear a Escola Estadual Doutor Luiz Pinto de Almeida, de Santa Rita do Sapucaí, pelos 50 anos de fundação;

nº 6.870/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2015, em tramitação no Congresso Nacional, que altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando a vigência da Desvinculação das Receitas da União – DRU – e estabelecendo a desvinculação de receitas dos estados, do Distrito Federal e da União;

nº 6.871/2016, do deputado Dirceu Ribeiro, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos funcionários públicos efetivos do Estado ocupantes do cargo de diretor escolar, no que se refere à incorporação da gratificação por opção remuneratória para esse cargo.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2016.

Paulo Lamac, presidente – Celise Laviola – Rogério Correia.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/8/2016

Às 14h13min, comparece na Sala das Comissões o deputado Doutor Jean Freire (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM), membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e suspende os trabalhos. Às 14h30min, são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da



liderança do BMM) e Rogério Correia (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da liderança do BMM). Está presente, também, a deputada Marília Campos. A presidência, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, debater as ações em defesa dos direitos humanos, tendo em vista a garantia dos direitos fundamentais. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 6.872/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater a implantação de políticas públicas referentes a medidas socioeducativas, bem como para o lançamento de cartilha sobre essas medidas. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Cirlene Lima Ferreira, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – Conedh; Nilma Lino Gomes, ex-ministra de Estado das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos; Beatriz Cerqueira, presidente da Central Única dos Trabalhadores; e os Srs. Nilmário Miranda, secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; Adelmo Carneiro Leão, deputado federal; e Padre João, deputado federal. A presidência tece suas considerações iniciais e passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2016.

Carlos Pimenta, presidente – Cabo Júlio.



EDITAL DE DESCONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 22 de agosto de 2016, destinada a homenagear os 10 anos da Associação Social Minas Locomotiva.

Palácio da Inconfidência, 19 de agosto de 2016.

Adalclever Lopes, presidente.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

– O presidente despachou, em 18/8/2016, a seguinte comunicação;

Do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que comunica o falecimento do Sr. Lacyr Dias de Andrade.



CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

– O 1º-secretário despachou, em 18/8/2016, a seguinte correspondência:



OFÍCIOS

Do Sr. Alex Sandro Feil, superintendente de Comunicação e Relações Institucionais da Aneel, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 390/2015, do deputado Fred Costa. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Sra. Érika Freddi, chefe de gabinete substituta da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.835/2016, da deputada Ione Pinheiro.

Do Sr. Nainton Cotrim Heringer, prefeito de Manhuaçu, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.561/2016, do deputado Bráulio Braz. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Subtenente Gonzaga, deputado federal, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.503/2016, dos deputados Cabo Júlio e Sargento Rodrigues. (– Anexe-se ao referido projeto.)



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 61º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 5/4/2016, em Sabará, que resultou na apreensão de armas de fogo e munição e na prisão de uma pessoa (Requerimento nº 4.313/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 18º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 5/4/2016, em Contagem, que resultou na apreensão de veículo e simulacro de arma de fogo e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 4.314/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 30º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 4/4/2016, em Januária, que resultou na apreensão de armas de fogo e material para fabricação de armas de fogo e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 4.315/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 18º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 8/4/2016, em Contagem, que resultou na apreensão de camisa da Polícia Civil, distintivos e réplicas de arma de fogo e na detenção de três pessoas (Requerimento nº 4.357/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 10/4/2016, em Contagem, que resultou na apreensão de armas, munição, drogas, celulares e quantia em dinheiro e na detenção de três pessoas (Requerimento nº 4.358/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com a Fundação Rural Mineira – Ruralminas – e com o Sr. Luiz Afonso Vaz de Oliveira, presidente da Ruralminas, pelo aniversário de 50 anos da entidade (Requerimento nº 5.005/2016, do deputado Dirceu Ribeiro);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Tiros e com o Sindicato dos Produtores Rurais de Tiros pela realização, com sucesso, da 16ª edição da ExpôTiros (Requerimento nº 5.037/2016, do deputado Bosco);

de congratulações com a Associação da Resistência Cultural Afro-Brasileira Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente pelos 50 anos de sua fundação (Requerimento nº 5.083/2016, do deputado Paulo Lamac);

de congratulações com a Escola Estadual Visconde de Caeté, localizada em Esmeraldas, pelos 108 anos de sua fundação (Requerimento nº 5.145/2016, da deputada Marília Campos);

de congratulações com o Sindicato dos Produtores Rurais de Guaxupé pela realização da 42ª Expoagro de Guaxupé (Requerimento nº 5.156/2016, do deputado Emidinho Madeira);



de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 14ª CIA PM IND MAT/14 RPM e no 2º GP / 4º PEL / 155ª CIA / 19º BPM, pela atuação na ocorrência, em 29/6/2016, em Caraí, que resultou na apreensão de armas de fogo, artefatos explosivos e na prisão de uma pessoa (Requerimento nº 5.183/2016, do deputado Sargento Rodrigues).



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 17/8/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Fernando Barbosa da Silva, padrão VL-15, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Emidinho Madeira.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 47/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Artebrilho Multiserviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de condução de veículos automotores. Objeto do aditamento: revisão de preços em razão de nova convenção coletiva de trabalho – CCT – e previsão de possibilidade de pagamento de adicional noturno para os motoristas. Vigência: da data da assinatura até 1º/6/2017, com efeitos retroativos a 1º/1/2016 no tocante à revisão de preços em razão de nova CCT. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.



ERRATA

PROJETO DE LEI Nº 3.722/2016

Em razão de duplicidade, fica sem efeito a publicação da matéria em epígrafe, na edição de 12/8/2016, na seção “Erratas”, nas págs. 121 e 122.